

CURRÍCULO, CONCRETUDE E O DILEMA DA EDUCAÇÃO EM CRISE

Maria Alice Vallo da Silva Tuchtler ¹

INTRODUÇÃO

A Reforma do Novo Ensino Médio (NEM), sancionada pela primeira vez pelo Presidente Michel Temer em 2017 por meio de Medida Provisória, apontou para uma preocupação em torno do currículo escolar no Brasil. Por conseguinte, o foco da Reforma da Lei N° 13.415/2017 esteve, desde sua inauguração, em torno de alterações em horas de ensino e de conteúdo, implementando os Itinerários Formativos.

No entanto, a partir de experiência em estágio não obrigatório no programa Parlamento Jovem de Minas Gerais (PJ Minas), em especial do ano de 2024, os estudantes participantes, de um modo geral, demonstraram maior preocupação com aspectos estruturais em torno da escola e do ensino, e não com o currículo, como tem sido debatido no governo; o que estimulou a uma pesquisa mais aguçada em torno do tema.

O programa PJ Minas tem por objetivo estimular a formação política e cidadã para jovens do Ensino Médio a partir da valorização de práticas democráticas e coletivas. Em 2024, contou com a parceria de 133 Câmaras Municipais participantes em conjunto com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), criadora do programa no estado.

No Parlamento Jovem, os estudantes são reunidos em torno de encontros e oficinas e deliberam sobre o tema do ano com o intuito de formular propostas de políticas públicas a serem encaminhadas para a Comissão de Participação Popular da ALMG. Em 2024, o tema foi “Melhorias no Ensino Escolar”. De vinte textos priorizados pelos secundaristas, apenas um abordou diretamente o currículo. As demais propostas demonstraram a preocupação dos jovens para com a saúde, melhorias físicas nas escolas e acessibilidade.

Portanto, este trabalho recorreu a dados do PJ Minas de 2024, além de pesquisas bibliográficas, documentais e de notícias em fontes jornalísticas confiáveis, principalmente governamentais, para o desenvolvimento do estudo. Estas pesquisas indicam o controle

¹ Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, mariaalice.vallo@estudante.ufjf.br.

progressivo dos currículos em torno de empresas privadas, o que reflete na depravação de escolas públicas, na mercantilização das instituições de ensino, dentre outras problemáticas.

Válido ressaltar que o ensino não é a única instituição prejudicada. Sob o sistema capitalista, e, desde a década de 80 sob o neoliberalismo (KONICZ), o problema avança para todos os campos. Diante dos grupos *Exit!* (Crítica e Crise da Sociedade da Mercadoria) e *Krisis* (Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria), as crises foram a base para a sociedade do trabalho, e permanecem, ainda, neste aspecto na atualidade.

Esta questão será ampliada no artigo no desenvolvimento argumentativo da lógica burocrática racionalizada própria do funcionamento capitalista. Exige-se maior qualificação apenas para suprir as necessidades próprias do trabalho abstrato, mas que, ao mesmo tempo, tal esquematização promove crises estruturais constantes, diferentes apenas pelo momento histórico vivido.

A ampliação da desigualdade é inerente à sobrevivência do capitalismo, e, por isso, o desemprego, o individualismo e a perda dos direitos podem ser refletidos no ensino pela progressão da evasão escolar, por exemplo (SALDANHA, 2024). Em outras palavras, a cada crise estrutural, maior as taxas de desemprego, e maiores as pressões para adentrar no mundo do trabalho, aumentando a concepção individualista de “sucesso”.

No período neoliberal, as crises passaram a ser geridas pelo mercado financeiro. A racionalização tem sido tamanha, que não tem sido reintroduzida a massa de trabalhadores nos mercados da mesma maneira como antes. Reina o mundo da especulação econômica ante a produção e a venda de produtos.

Para tanto, a educação, imersa nesta lógica, tem sido gerida por empresas privadas, o que, por fim, preza a lucratividade individual e o “sucesso” individualizante em um domínio dos recursos públicos no controle dos currículos, como tem sido debatido no NEM. Objetiva-se apontar, neste artigo, a preponderância da infraestrutura escolar e do sistema ante discussões restritas ao currículo.

Neste sentido, como pensar em democracia, tal como o PJ almeja, quando nem a escola é democrática no capitalismo? Na reflexão por “Cadê a Sociologia que estava aqui?”, deve-se remeter à desvalorização das escolas em uma construção mercadológica abstrata destas. Em suma, pergunta-se: “Cadê a escola que poderia estar aqui?”.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O texto em questão evidencia a crise da educação com o adentramento de empresas privadas nas escolas do Brasil, a partir de experiência em estágio não obrigatório no programa Parlamento Jovem de Minas de 2024. Para tanto, serão utilizadas pesquisas de fontes confiáveis no país, tais como o “IBGE”, “Senado”, “Folha de S. Paulo”, “Inaf”, e “INEP”, bem como informações retiradas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais relacionadas ao Parlamento Jovem sob uma escrita influenciada pelos grupos *Exit!* e *Krisis*. Portanto, é um artigo elaborado segundo a metodologia de pesquisa qualitativa e de análise documental a partir do “Documento-Base” da edição PJ Minas 2024.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

O Parlamento Jovem de Minas Gerais (PJ Minas) é uma iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). O programa engloba estudantes do Ensino Médio na deliberação de conteúdos de relevância social elegidos pelos participantes do ano anterior, em uma trajetória de oficinas de formação política e temática. Ao final, os estudantes elaboram propostas de ação legislativa sobre o tema da edição e entregam o documento à Comissão de Participação Popular da ALMG.

Criado em 2004, Belo Horizonte manteve majoritariamente a exclusividade participativa do projeto, com exceção de 2006, em que Arcos e Pains implantaram o programa em suas localidades. A partir de 2010, o PJ Minas foi estendido a doze câmaras municipais, e, desde então, aumentam progressivamente os municípios estaduais atuantes – em 2025, são 153 municípios – em parcerias também com Universidades, escolas públicas e particulares.

Para tanto, o projeto perpassa etapas distintas, divididas em “Municipal”, “Regional” e “Estadual”. Essas etapas surgiram gradualmente no PJ conforme o aumento de municípios atuantes, e têm por objetivo a reunião dos estudantes conforme a região para a formação, elaboração e a construção de propostas em grupo. Em outras palavras, em cada etapa os estudantes deliberam, em conjunto, as propostas produzidas até então, assim como trocam expectativas e posicionamentos em torno da temática do ano em torno de encontros e oficinas coletivas.

Sob a coordenação da câmara municipal participante, a Etapa Municipal compete em agregar estudantes de escolas distintas, mas do mesmo município. A Etapa Regional, por sua vez, é gerida por um ou mais municípios dentro de um mesmo polo regional, em que os alunos são agrupados por cidades participantes próximas; e, por fim, a Etapa Estadual, em que os estudantes de cada município se deslocam para Belo Horizonte, em torno de três a quatro dias, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Outrossim, o tema é único para todas as câmaras municipais. Adicionalmente, há os subtemas para que os jovens sejam capazes de elaborar propostas referentes ao tema da edição, no facilitamento dos debates e da construção coletiva em torno do conteúdo comum, do mesmo modo como contribui para a troca informativa e experiencial entre câmaras e parceiras participantes.

Portanto, o Parlamento Jovem tem por objetivo principal promover formação política e cidadã. Contribui para o desenvolvimento de sujeitos críticos, que dialogam respeitosamente semelhantes ou distintas opiniões e que escutam o Outro, além de viabilizar a reflexão e a elaboração de projetos de lei para toda a comunidade constituinte, na percepção de fazer parte dela como um atuante ativo e participativo. A política vai e pode ir para além do exercício do voto, e o projeto possibilita aos jovens compreender isto na prática.

Ademais, é uma ferramenta pedagógica na medida em que permite o engajamento de alunos e professores no fazer legislativo e possibilita uma amplitude de reflexões e capacitações no âmbito da linguagem, como na construção e argumentação de textos. E mais, é um meio de valorização do ensino de Ciências Sociais, deveras de Ciência Política, no Ensino Médio, na medida em que amplia a concepção cotidiana de política da mesma maneira em que permite uma reflexão sobre as relações de poder presentes no país e no mundo; enfim, em práticas políticas mais éticas.

Em especial o Parlamento Jovem de Minas de 2024, o tema foi “Melhorias no Ensino Escolar”. O interesse dos jovens na discussão em torno da garantia da qualidade da educação se mostrou importante a partir da eleição dessa temática. Nesta edição, o projeto contou com 137 cidades, organizadas em vinte polos. Os três subtemas subsequentes foram: 1- Melhorias do ensino-aprendizagem; 2- Melhoria da aprendizagem e enfrentamento das desigualdades educacionais e; 3- Fortalecimento da gestão democrática.

Em cada subtema, foram priorizadas quatro propostas formuladas pelos estudantes participantes, abordados em momento posterior. Este processo, o de formação de propostas, perpassa por semanas de capacitação com os conteúdos orientados pela Assembleia nos respectivos municípios, em que, de uma maneira geral, procura-se questionar como está

organizada a educação escolar no Brasil; qual a responsabilidade do poder público na garantia da qualidade da educação; e como está a qualidade no contexto atual (ALMG, 2024).

Pelo tema educacional, a edição perpassou pela Reforma do Novo Ensino Médio (NEM). Sancionada – propositalmente – no início do governo Michel Temer após o golpe de Dilma Rousseff em 2017, a Reforma propõe a flexibilização curricular. O fantoche, vulgo Presidente – com 5% de aprovação popular – pôde satisfazer um dos desejos há muito esperado (LOPES, 2019) da burguesia brasileira em 2018, sob um discurso falacioso de possibilidade de escolha, por parte dos estudantes, de 40% da carga horária dos três anos do Ensino Médio (itinerários formativos). Os 60% restantes passaram a ser compostos por um conteúdo mínimo obrigatório de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Algumas das polêmicas envolvidas no NEM esteve na obrigatoriedade apenas das disciplinas de Português e Matemática. Percebe-se, por essas determinações, a desvalorização das demais disciplinas, tais como a Sociologia, Filosofia, Geografia, Física, Química, Biologia, Artes, Educação Física, dentre outras. Com isso, desvaloriza-se também os respectivos discentes e sua permanência no ensino básico.

Outra polêmica em torno da sanção educacional está no quantitativo de itinerários formativos ofertados. Na exigência de apenas um itinerário obrigatório nas escolas, os estudantes, mormente, não têm a possibilidade de escolha almejada, são forçados a cursar o que a instituição escolar tem disponível e não têm o poder para interferir diretamente. Acresce, além disso, a produção e a venda dos itinerários formativos por instituições privadas “sem fins lucrativos”.

Entretanto, a educação brasileira contém problemas materiais. De acordo com dados do site QEdu de 2024 voltadas para a infraestrutura de todas as escolas públicas do país, rurais e urbanas, 53% das escolas não têm acessibilidade; 68% não possuem biblioteca; 71% não possuem laboratório de informática; 89% não contêm laboratório de ciências; 63% não possuem quadra de esportes; 28% não contêm água tratada; 4% com esgoto inexistente; e 90% com *internet*.

Quanto às escolas da rede particular rurais e urbanas, no ano de 2024, os dados foram outros, mas de semelhante preocupação. 45% não contêm acessibilidade; 47% não possuem biblioteca; 69% não possuem laboratório de informática; 79% não possuem laboratório de ciências; 56% não contêm quadra de esportes; 5% não contêm água tratada; 0% com esgoto inexistente; e 99% com *internet*.

Já o site governamental Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) complementa algumas informações. Em 2024, foram registradas

179.286 escolas de educação básica em todo o país: 136.844 públicas (63% urbanas e 37% rurais) e 42.442 particulares (98,4% urbanas e 1,6% rurais).

Com estes dados, pode-se inferir que tanto escolas públicas quanto privadas necessitam de atenção especial aos ambientes em que são reunidos os estudantes para o ensino. Válido ressaltar que, apesar da *internet* ter um percentual alto em ambas as instituições, O Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2024 demonstra, com os dados disponibilizados pelo INEP, que apenas 39,2% possuem a tecnologia para uso dos alunos, e apenas 30,4% têm velocidade adequada para uso.

De retorno às propostas priorizadas no Parlamento Jovem de Minas de 2024, o primeiro subtema teve por objetivo identificar o ambiente físico escolar e as relações que acontecem dentro e ao redor da escola. Para tanto, foi discutido, de maneira geral, a infraestrutura das respectivas instituições e dos bairros, a citar, no que se refere ao saneamento básico, à presença, ou não, de quadras esportivas, bibliotecas, refeitório, ao acesso à água potável, banheiros, recursos tecnológicos, conforto térmico, acessibilidade, dentre outras questões.

As quatro propostas elaboradas pelos secundaristas deste subtema, sob tal ótica, abordaram o conteúdo mencionado acima. Em resumo, com base no “Documento Final” disponibilizado pela ALMG (2024), a proposta 1 se refere à obrigatoriedade de um quantitativo mínimo de psicólogos para atender nas escolas da rede estadual para alunos. A 2 propõe o incentivo constante à qualificação de professores, a 3, à fiscalização da aplicação correta do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e a 4, à melhoria e otimização da infraestrutura escolar (foram citados, nesta última proposta, o uso de tecnologias digitais, a alimentação, o acesso aos recursos básicos de saúde e higiene e transporte).

Por sua vez, o segundo subtema englobou a visão da educação como um redutor das disparidades sociais. Dessa maneira, foi discutido sobre como as condições socioeconômicas e culturais podem interferir na educação. Além disso, foi introduzido, em geral, o Projeto Político Pedagógico (PPP), a Base Nacional Comum Curricular e o currículo.

A proposta 5, produzida em “Melhoria da aprendizagem e enfrentamento das desigualdades educacionais”, versa sobre a criação do Programa Estadual Kit Escolar – Peke (quinta proposta em relação ao total). A 6 explana a criação de oficinas, palestras e debates que abordem temas de relevância social a partir da viabilidade de autonomia aos professores para inovar “(...) e adaptar o currículo de acordo com a necessidade dos alunos” (ALMG, 2024, p.3). A 7 disserta sobre a necessidade do aprimoramento da estrutura tecnológica das escolas com salas de informática e capacitação de professores para seu uso, e, por fim, a 8

alude a obrigatoriedade de ensino dedicado à alfabetização de jovens, adultos e idosos além do âmbito do Ensino para Jovens e Adultos – EJA.

O subtema três fora intitulado “Fortalecimento da gestão democrática”. Nele, a intenção geral, por meio da Assembleia, foi de discutir com os estudantes sobre conteúdos pertinentes aos profissionais e personagens do entorno da escola, a gestão e suas condições de trabalho. Explica, por exemplo, o papel dos diretores, coordenadores, professores, pais e/ou responsáveis, alunos e funcionários das instituições; e no que seria uma gestão democrática, na abertura para o questionamento: as escolas têm tido uma gestão democrática?

A proposta 9, pertencente ao subtema três, tratou da ampliação e divulgação do direito ao grêmio estudantil nas escolas. A 10 teve por objetivo criar o dia da “virtude cívica” nas escolas da rede estadual de ensino, a 11, na ampliação das ouvidorias realizadas por profissionais das SREs. E a 12, a possibilidade de flexibilização do uso dos recursos públicos para promover melhorias nos ambientes escolares de acordo com a necessidade.

Nesta compilação breve das propostas, pode-se inferir algumas questões. Uma delas é a preocupação dos educandos com as condições reais do ambiente escolar, sejam físicas, sejam mentais, para a educação atingir, de fato, os estudantes. Como resultado, o foco primordial foi em torno da infraestrutura, da saúde mental e da acessibilidade (propostas 1, 3, 4, 5, 7, 8, 10 e 12), totalizando oito propostas relacionadas às temáticas no quadrante de doze textos enviados à Comissão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (66,67%).

As outras quatro proposições estão relacionadas, de alguma maneira, ao currículo, mas apenas uma o mencionou diretamente (proposta 6). As propostas são a 2, 6, 8 e 10. “Currículo”, nesse sentido, refere-se à capacitação docente, seja ou dentro ou fora da instituição de ensino, os objetivos pedagógicos, valores e práticas educacionais.

Duas dessas propostas (10 e 6) aludem ao aprendizado por meio do desenvolvimento de debates, com o acréscimo, por parte da proposta 6, da indispensabilidade da autonomia docente para adaptar o currículo conforme necessidade dos estudantes. A proposta 2 remete à qualificação constante dos professores e a sua importância e valorização, enquanto a proposta 8 propõe a implementação de ensino dedicado à alfabetização de jovens, adultos e idosos para além do Ensino de Jovens e Adultos – EJA.

Em suma, os cento e trinta e sete municípios atuantes no Parlamento Jovem de Minas Gerais de 2024 deliberaram e concordaram, em conjunto com seus educandos, que existem preocupações coletivas para além do currículo debatido em voga no Novo Ensino Médio. Estas preocupações são de infraestrutura e acessibilidade nas escolas do estado e do país. Por

consequente, confirma-se, pela voz das juventudes, a necessidade das instituições escolares melhorarem aspectos físicos de seus ambientes.

Há uma razão pelas melhorias parecerem estagnar. Diante dos pressupostos dos grupos *Exit!* e *Krisis*, influenciados pelos escritos de Karl Marx, o capitalismo funciona com base em crises estruturais. As duas revistas alemãs, apesar de distintas em alguns aspectos, discorrem, a partir de uma perspectiva crítica e marxista, a sociedade da mercadoria (capitalismo) e conceitos inerentes ao sistema; a citar o fetichismo da mercadoria, o valor, o dinheiro e o trabalho abstrato, o Estado, o machismo, a alienação, o capital, dentre outros.

Brevemente, no sistema burguês, para o alcance do lucro, da produtividade necessária para a acumulação abstrata, exige-se a racionalização e a concorrência constante em um entrelaçamento material com o mundo do trabalho. Em momentos históricos, as estruturas do trabalho são alteradas por este funcionamento inerente ao capitalismo na busca por maior eficiência.

O processo anterior torna-se então defasado, e, ao mesmo tempo, o novo está em adaptação e implantação, gerando desestabilização social – crises – tal como o desemprego. De acordo com os autores, a cada nova crise, maiores são as consequências direcionadas às sociedades e ao planeta, em uma onda em que a exigência por qualificação fica cada vez maior e mais acirrada, o desemprego e a desigualdade progridem e a urgência por qualquer trabalho para a sobrevivência se agravam – no que Robert Kurz denomina “trabalho abstrato”.

Desde a década de 80, o mundo se depara com o avanço do sistema capitalista: o neoliberalismo. Tomasz Konicz, membro do *Exit!*, argumenta que as crises têm sido geridas pelo mercado especulativo em uma antecipação do resgate futuro (2024). O autor prossegue, a racionalização exigida não tem sido reintroduzida nos mercados como antes, e as sociedades são forçadas a viverem em torno da flexibilização do trabalho, da redução dos direitos trabalhistas, dos altos custos de vida e dos baixos salários, do desemprego em massa, dentre outros, sob a concepção do “empresário de si mesmo”. Tudo isso em resposta à constante redução de custos das empresas.

Como dito anteriormente, a produção capitalista de mercadorias exige valorização e, sem isso, as menores necessidades são consideradas inválidas. Em suma, meios básicos, como a educação, a saúde, a cultura, passam a agir apenas para o benefício da economia, e é usufruída por quem consegue pagar mais neste caminho neoliberal, transferindo o problema da crise para o indivíduo ou coletivo de pessoas, empresas ou regiões (KRISIS, 2003). As instituições sociais se afastam numa isenção de obrigações, em que, agora, “todos”, por iniciativa privada, combatam a miséria uns dos outros. Suprime-se o salário, mas se mantém o

trabalho no “deserto da economia de mercado” (KRISIS, 2003, p.79, *apud* TUCHTLER, 2023).

A educação não é descolada da realidade material-histórica em que está situada. A realidade brasileira, como um país capitalista desde a sua formação pós invasão portuguesa (FRANCO, 1997), expõe a pior face do sistema: o individualismo, a violência, as contradições, a desigualdade. A economia nacional após a invasão portuguesa se baseia na exploração massiva da sua população para atender à uma externa e pequena burguesia local objetivando o lucro vazio de fins abstratos.

Em tópico de exploração, o jornal Folha de São Paulo, em 2022, divulgou uma pesquisa sob a manchete “Elite brasileira capturou até 65% dos ganhos com educação nos últimos 40 anos” que demonstra a fragilização do ensino no Brasil. Em suma, mesmo estudando mais, pessoas de menor renda recebem menos, e isso se agrava ao abordar questões de gênero e, ainda, raciais, em que brancos e amarelos têm 50% a mais de chances em receber mais por diploma. Ou seja, não há o compartilhamento de retornos e de oportunidades, o que reforça a desmotivação dos estudantes de baixa renda na continuação dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, sob a ótica marxista do materialismo histórico, o Novo Ensino Médio, sancionado por uma Medida Provisória, em um governo provisório mantido por camadas (in)ocultas do poder – mas fortemente articuladas entre si – contribui para essa classe dominante brasileira. Entretanto, não apenas envolto no discurso para a manutenção do poder em si com a crescente “ignorância” da população, mas para a busca do lucro, da rentabilidade de empresas. Logo, é o domínio do mercado na educação.

Não é de se estranhar a presença empresarial na reformulação do NEM e da BNCC, e o estímulo de instituições privadas para a criação de mais itinerários formativos. De acordo com Lopes (2019) e os respectivos sites oficiais, O “Movimento pela Base”, por exemplo, é composto pelo Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú (Educação e Trabalho), Fundação Telefônica Vivo, Fundação Lemann e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Já o “Todos pela Educação” conta com a *Volkswagen*, *IFood*, *Burger King* e a Fundação Vale.

Os reformadores citados se denominam como organizações não governamentais. Sob tal ótica, o Estado brasileiro perdeu, ainda mais, o controle do estabelecimento de agenda e de investimentos educacionais na transferência de recursos públicos para instituições privadas. Em resumo, a implementação da reforma exige, paulatinamente, a associação entre as

instituições controladas pelo poder privado para conseguirem cumprir com a obrigatoriedade dos itinerários formativos.

O foco no currículo pelo Novo Ensino Médio ofusca a dominação burguesa no campo educacional. A educação, no capitalismo, é um “mal necessário” na medida em que se pensa nela apenas como formadora de mão de obra qualificada para o trabalho assalariado. Exige-se cada vez mais essa qualificação racionalizada, mas que não há imersão compensatória no trabalho da mesma maneira que antes, gerando uma crise educacional (KURZ, 2011). Essa contradição faz com que mais pessoas saiam das escolas, ainda que seja um importante meio de melhoria de vida para sobreviver.

Válido ressaltar, o currículo não deixa de ter importância, pelo contrário. Como um campo de disputa, ele determina o foco das discussões e dos conteúdos nas escolas do país. Todavia, o conteúdo, qual seja, não tem alcançado os estudantes diante da dura realidade neoliberal de funcionamento e dos ambientes não serem adequados para o estudo. A escola está envolta por lógicas abstratas concorrenciais e de valorização individualizante do sucesso.

Individualizada, ela reforça a perspectiva neoliberal de sucesso subjetivo, o que tem sido maior visualizada com os itinerários formativos do NEM. É preciso políticas estruturantes para absorver mão de obra, pois, como visto na realidade brasileira, a educação está envolta em condições externas à ela.

O Parlamento Jovem procura, neste sentido, apesar de suas limitações, reforçar a potencialidade da coletividade. Diante da realidade neoliberal, o programa almeja o contrário no quesito de favorecer o desenvolvimento argumentativo, a reflexão, os debates, o entendimento sobre política e a participação no Poder Legislativo, e tudo isso entre jovens de diferentes realidades materiais e históricas.

Por meio do PJ, abre-se espaço para a juventude questionar. Em especial no ano de 2024 com o tema Melhorias no Ensino Escolar, os estudantes participantes, de uma maneira geral, puderam observar a baixa participação dos alunos, professores e demais funcionários nos planejamentos e na tomada de decisões. Observaram as limitações em seus ambientes de aprendizagem e, apesar de não atingir todas as escolas e alunos do país, o projeto reflete e instiga o desejo de mudança das juventudes.

Para finalizar, reitera-se, a educação não deve ser tratada como um campo desconexo da realidade em que está inserida. Em um país em que 90% da população não possui nível de proficiência na alfabetização (INAF, 2024), um dos países mais desiguais do mundo, que mais mata pessoas trans, envolto por inúmeras violações de direitos humanos e por violência (DW, 2024); tudo isso em acréscimo com o sistema burguês acaba por interferir diretamente nas

instituições escolares e nas pessoas que as compõem, e isto não deve mais passar despercebido.

Faz-se urgente pensar em uma realidade diferente a esta. Enquanto isso, deve-se continuar no reforço pela valorização e ampliação das escolas públicas do país, e não com o seu controle de empresas privadas que lucram com a miséria. Deve-se lutar por melhorias nas condições de trabalho e de salário dos professores e de toda a rede escolar para que possibilite aos docentes atuarem em apenas uma escola, que tenham tempo para elaboração de conteúdo e para tutoria de seus alunos. Enfim, lutar por um ensino de qualidade.

Palavras-chave: Educação; currículo; capitalismo; Parlamento Jovem; crise.

REFERÊNCIAS

Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG. *In: Parlamento Jovem 2024: Documentos* [documento eletrônico]. Disponível em: [Parlamento Jovem 2024: Documentos - Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em: 27/04/2025.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG. Parlamento Jovem Minas 2024. *In: Texto-base* [documento eletrônico]. Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/1/807/2001807.pdf>. Acesso em: 15/06/2025.

BELLO, Luis; BRITTO, Vinicius. Em 2024, 14 unidades da federação registram a menor taxa de desocupação da série. Editoria: Estatísticas Sociais. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: [Em 2024, 14 unidades da federação registram a menor taxa de desocupação da série | Agência de Notícias](#). Acesso em: 15/06/2025.

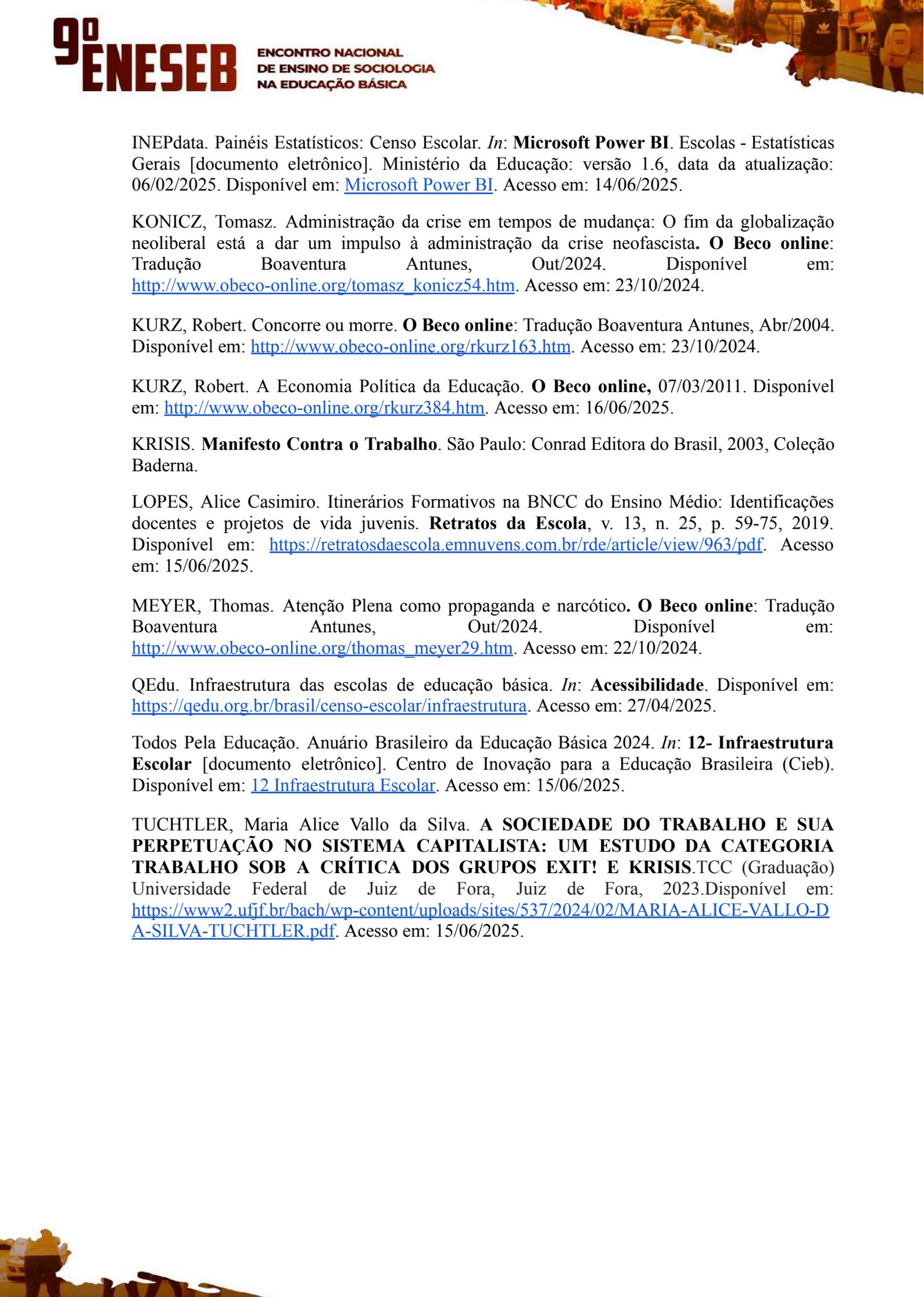
Saldanha, Rafael. IBGE: 9,1 milhões abandonaram a escola sem terminar o ensino básico até 2023. *In: CNN*, 04/12/2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ibge-91-milhoes-abandonaram-a-escola-sem-terminar-o-ensino-basico-ate-2023/>. Acesso em: 16/06/2025.

DW. Anistia Internacional: Brasil é um dos países mais desiguais. *In: Direitos Humanos Brasil* [documento eletrônico]. Publicado em 24/04/2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-um-dos-pa%C3%ADses-mais-desiguais-diz-anistia-internacional/a-68908246>. Acesso em: 15/06/2025.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4º e.d.. São Paulo: Editora Unesp, 2º reimpressão, 1997.

Gavras, Douglas. Elite Brasileira capturou até 65% dos ganhos com educação nos últimos 40 anos. *In: Folha de S.Paulo* [documento eletrônico]. Publicado em 05/11/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/elite-brasileira-capturou-ate-65-dos-ganhos-com-educacao-nos-ultimos-40-anos.shtml>. Acesso em: 15/06/2025.

Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf. *In: Nível proficiente* [documento eletrônico]. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/nivel-proficiente/>. Acesso em: 15/06/2025.



INEPdata. Painéis Estatísticos: Censo Escolar. *In: Microsoft Power BI*. Escolas - Estatísticas Gerais [documento eletrônico]. Ministério da Educação: versão 1.6, data da atualização: 06/02/2025. Disponível em: [Microsoft Power BI](#). Acesso em: 14/06/2025.

KONICZ, Tomasz. Administração da crise em tempos de mudança: O fim da globalização neoliberal está a dar um impulso à administração da crise neofascista. **O Beco online**: Tradução Boaventura Antunes, Out/2024. Disponível em: http://www.obeco-online.org/tomasz_konicz54.htm. Acesso em: 23/10/2024.

KURZ, Robert. Concorre ou morre. **O Beco online**: Tradução Boaventura Antunes, Abr/2004. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz163.htm>. Acesso em: 23/10/2024.

KURZ, Robert. A Economia Política da Educação. **O Beco online**, 07/03/2011. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz384.htm>. Acesso em: 16/06/2025.

KRISIS. **Manifesto Contra o Trabalho**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003, Coleção Baderna.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários Formativos na BNCC do Ensino Médio: Identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 59-75, 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/963/pdf>. Acesso em: 15/06/2025.

MEYER, Thomas. Atenção Plena como propaganda e narcótico. **O Beco online**: Tradução Boaventura Antunes, Out/2024. Disponível em: http://www.obeco-online.org/thomas_meyer29.htm. Acesso em: 22/10/2024.

QEDu. Infraestrutura das escolas de educação básica. *In: Acessibilidade*. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/censo-escolar/infraestrutura>. Acesso em: 27/04/2025.

Todos Pela Educação. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024. *In: 12- Infraestrutura Escolar* [documento eletrônico]. Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb). Disponível em: [12 Infraestrutura Escolar](#). Acesso em: 15/06/2025.

TUCHTLER, Maria Alice Vallo da Silva. **A SOCIEDADE DO TRABALHO E SUA PERPETUAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA: UM ESTUDO DA CATEGORIA TRABALHO SOB A CRÍTICA DOS GRUPOS EXIT! E KRISIS.TCC** (Graduação) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/bach/wp-content/uploads/sites/537/2024/02/MARIA-ALICE-VALLO-D-A-SILVA-TUCHTLER.pdf>. Acesso em: 15/06/2025.